

Boletim sobre o processo de paz em Moçambique



Número 21 - 21 de Julho de 1998

Editor: Joseph Hanlon

O material pode ser reproduzido livremente

Publicado pela AWEPA, Parlamentares Europeus para a Africa Austral
Prins Hendrikkade 48, 1012 AC Amsterdam Holanda
Tel. (31) 20 - 524 56 78 Fax: (31) 20 - 622 01 30
e-mail:awepa@antenna.nl

Rua Licenciado Coutinho 77 (CP 2648) Maputo Moçambique
Tel: (258) 1 - 418603,418608,418626 Fax: (258) 1 - 41 86 04
e-mail:awepa@awepa.uem.mz

O fiasco das eleições locais

Nas primeiras eleições locais de sempre, realizadas a 30 de Junho, foram às urnas menos de 15% dos eleitores. As eleições também foram marcadas por uma fraca organização que levou à abertura tardia de muitas assembleias de voto. A excessiva burocracia e a falta de informação adequada reduziram o número de candidatos e de observadores. Houve igualmente indicações de possíveis fraudes e de intimidação.

A Renamo e muitos dos partidos mais pequenos que concorreram às eleições gerais de 1994 apelaram ao boicote das eleições locais, e utilizaram as duas semanas de campanha para promoverem esse boicote da mesma maneira que os outros grupos o fizeram pelos seus candidatos.

O boicote significou os candidatos da Frelimo a presidentes não terem concorrência em 19 das 33 cidades e vilas. Para as assembleias houve concorrência em apenas 6 cidades.

A Frelimo ganhou as presidências e obteve a maioria nas assembleias no total das 33 cidades e vilas. Mas as listas de cidadãos independentes terão um número significativo de assentos nas assembleias de três das maiores cidades: Maputo, Beira e Matola.

A campanha eleitoral decorreu serenamente, sem violência, e com uma boa vontade geral -- embora com pouco entusiasmo, a prenunciar já uma fraca comparência às urnas. A cobertura pela Rádio nacional de Moçambique foi equilibrada, tendo a campanha pelo boicote sido coberta de forma justa. A imprensa propriedade do Estado favoreceu a Frelimo mas deu cobertura à oposição -- tanto aos que concorreram como aos que boicotaram; no geral, a imprensa privada foi contra a Frelimo.

No dia das eleições, o pessoal das mesas e assembleias de voto mostrou, de um modo geral, estar bem preparado e desempenhou correctamente as suas tarefas, como já havia acontecido em 1994. Na verdade, o pessoal das mesas e assembleias de voto parecia abalado pela fraca participação dos eleitores nas eleições e pela deficiente organização a nível nacional.

Destaques

Fraude no Dondo?

página 3

Caça aos Papéis Exclui Candidatos

página 7

Diplomatas violam lei eleitoral

página 10

Os problemas com as eleições locais levaram a promessas pelo Ministro da Administração Estatal, Alfredo Gamito, segundo as quais nos próximos três meses se realizará um amplo debate público sobre a lei eleitoral para as eleições gerais de 1999. O processo incluirá discussões sobre a CNE (*Comissão Nacional de Eleições*) e sobre o STAE (*Secretariado Técnico de Administração Eleitoral*), ambos objecto de duras críticas.

Comentário:

Porque é que as pessoas se recusaram a votar?

O elevadíssimo grau de abstenção surpreendeu toda a gente, incluindo os próprios defensores do boicote. Parece claro que as pessoas se recusaram activamente a votar. O dia da votação foi oficialmente feriado, e as pessoas aproveitaram bem esse tempo livre, muitas vezes passando pelas assembleias de voto a caminho do mercado ou das machambas. Mas as razões desta tão elevada abstenção são matéria de intenso debate.

O boicote e a consequente ausência de competição em muitas zonas, mais a falta de compreensão do papel dos novos governos locais, contribuíram para a redução do voto. A abertura muito tardia das assembleias de voto em Maputo e Beira tiveram impacto -- quando confrontadas com assembleias de voto fechadas, muitas pessoas que já não se sentiam entusiasmadas para votar foram simplesmente embora e não voltaram mais.

Mas importa referir que a ida às urnas foi muito baixa mesmo em Maputo e Beira, onde se falou muito das candidaturas. Em Maputo os partidos pelo boicote tiveram pouca influência, e os comícios da Renamo de apelo ao boicote foram tão fracamente concorridos como as outras reuniões políticas. Na Beira, para onde a Frelimo enviou um dos seus grandes atiradores, Armando Guebuza, para organizar a sua campanha e onde alguns altos quadros da Renamo apoiaram a campanha independente do antigo governador Francisco Masquil, a participação nas eleições foi mesmo assim baixa.

Eis um dos comentários comuns das pessoas que não votaram: "Votámos em 1994 e não fez qualquer diferença; a nossa vida não melhorou." Os problemas económicos e a corrupção eram referidos frequentemente: a elite prosperou mas o povo sentiu-se cada vez mais pobre.

Muita gente também criticou o facto de os "chefes" não terem sido capazes de chegar a um acordo;

'Aviso muito perigoso'

Excertos de uma carta ao editor de João Machungo, publicada no jornal Notícias de 14 de Julho de 1998

"...Alguns no Parlamento...revelam uma total falta de respeito para com o eleitor que deixa os seus afazeres domésticos e profissionais formando pacientemente em quilométricas bichas à espera de votar o seu próprio sofrimento. Será esta a verdadeira democracia? O que esperamos ver nas eleições gerais de 1999? Cuidado!

Já tivemos um aviso muito perigoso através das eleições autárquicas de 30 de Junho, um aviso que não é direccionado apenas à Frelimo como alguns pensam, mas a todos os políticos do nosso belo país...

A Frelimo, se quer ganhar as eleições de 99...deve fazer uma série de mudanças radicais no partido e algumas das mudanças podem vir a afectar alguns dos que sabotam o partido... A Frelimo deve começar a interessar-se mais pelo povo, escutar e sentir as necessidades deste povo...

A Frelimo deve escutar opiniões mesmo as dos seus grandes adversários; deve aceitar críticas e não só elogios. ...

Os líderes da oposição devem começar a medir as palavras que utilizam, porque discursos arrogantes, pensamentos agudos e ameaças de fazer isto e mais aquilo fazem-vos perder aceitação no seio da sociedade. Por exemplo, se alguém ameaça o povo de voltar ao mato neste momento, está a denegrir a sua própria imagem. ...

Queremos um país com gente de paz."

algumas pessoas compararam esse falhanço a uma luta entre os pais em que os filhos não querem tomar partido.

Para muitos, a abstenção foi um acto político consciente. Não se tratou de apoio ao boicote, mas sim de uma rejeição a todos os partidos políticos. Foi uma utilização sofisticada do processo democrático em que as pessoas votaram "não". Foi uma mensagem à elite política de que as pessoas retiravam o seu apoio a um processo eleitoral que não lhes trouxera quaisquer benefícios.

Voz independente

Os candidatos independentes à presidência municipal obtiveram 40% dos votos na Beira e Manhica e 30% em Maputo, Inhambane e Nacala. No fim deste Boletim apresentam-se os resultados completos.

Apesar do boicote, um pequeno partido (PT, Partido Trabalhista) e uma coligação de pequenos partidos (RUMO, Resistência da Unidade Moçambicana) ganharam assentos em assembleias municipais. Quatro grupos de cidadãos também obtiveram assentos: JPC, Juntos pela Cidade; GRM, Grupo de Reflexão e Mudanças; OCINA, Organização de Candidaturas Independentes de Nacala-Porto; e NATURMA, Grupo dos Naturais e Residentes da Vila da Manhica.

Eis os assentos nas assembleias das seis cidades em que se candidataram:

Beira: Frelimo 27; GRM 17

Manhica: Frelimo 8, Naturma 5

Maputo: Frelimo 42, JPC 15, PT 1, Rumo 1

Matola: Frelimo 36, Rumo 7

Nacala: Frelimo 28, Ocina 11

Xai Xai: Frelimo 28, PT 3

Todos os detalhes sobre os resultados das eleições locais também no website www.mozambique.mz/eleicoes.

Quem e o Quê

As eleições realizaram-se em todas as 23 cidades de Moçambique e em 10 vilas. A nova estrutura do governo local é quase idêntica à do governo central -- cada cidade tem um **presidente** eleito (ou presidente da conselho) e uma **assembleia** eleita (parlamento local). O presidente escolhe então os seus ministros locais (denominados vereadores) que depois dirigem várias áreas. O presidente e os seus ministros formam o chamado conselho municipal. A divisão de poderes entre o presidente e a assembleia a nível local é a mesma que a nível nacional.

As eleições foram controladas pela **CNE** (Comissão Nacional de Eleições) que é independente e tem um mandato de 5 anos. Tem como presidente o Dr. Leonardo Simbine e os seus membros foram designados pela Frelimo e pela Renamo. As eleições foram administradas por pessoal a tempo inteiro do **STAE** (Secretariado Técnico de Administração Eleitoral).

Fraude no Dondo?

Há fortes evidências de enchimento de urnas no Dondo, aparentemente por erradamente se crer que as eleições só seriam válidas se votassem mais de 50% dos eleitores registados.

No Dondo a Frelimo não tinha adversários, por isso não havia delegados de lista de outros partidos na assembleia de voto.

Um pouco antes das 18 horas, na mesa de voto 3680A na escola primária 7 de Abril, sem votantes presentes, um membro do pessoal foi visto a meter um boletim de voto dobrado numa urna. Outro membro do pessoal, constatando que tinham sido vistos, pôs um bloco de apontamentos em cima de vários boletins de voto dobrados que estavam na mesa dela e cobriu-o o bloco com os braços -- mas, mesmo assim, por debaixo do bloco ainda se viam as pontas de três boletins de voto dobrados, enquanto um outro havia caído aos pés dela.

Um olhar atento às estatísticas do Dondo sugere que não se tratou de um incidente isolado. Por lei, deve ser afixado um edital em cada assembleia de voto, para inspeção, onde possível, no dia seguinte. Durante o dia a comparência às urnas no Dondo foi baixa, sem bichas e com relativamente poucas pessoas a votar. Muitas assembleias de voto reportaram comparências de 20% ou menos; no entanto, assembleias contíguas registaram uma votação superior a 80%.

Os votantes recebem bilhetes numerados à entrada da assembleia de voto; estes bilhetes não têm crédito legal e servem para o controlo das bichas. É possível que quando não havia bichas, o pessoal de controlo da porta parasse de dar bilhetes, mas noutros lados, os redatores do *Boletim* constataram que o número de bilhetes distribuídos correspondia muito aproximadamente ao número real de votantes. Por exemplo, na assembleia de voto do Centro Emissor do Dondo, não votaram mais de 110 pessoas em qualquer das cinco mesas de voto, e o número de bilhetes entregues até cerca das 16:40 horas esteve sempre quase a par do número de pessoas indicadas no edital como tendo votado.

Na Escola Primária Macharote os bilhetes contados mostraram que até às 9H30 em nenhuma mesa de voto haviam votado mais de 20 pessoas. Quando voltámos às 17H20 o pessoal recusou-se a mostrar as cadernetas de bilhetes numerados, mas ainda assim pudemos vê-los e nenhum assinalava mais de 100 votantes. Não tinha havido bichas nem muitos

votantes ao mesmo tempo. No entanto, os totais afixados mostravam que aquelas assembleias de voto da escola apareciam com 200-434 votantes -- o que teria sido suficiente para provocar bichas durante grande parte do dia. A assembleia de voto 3721 indicava uma comparência às urnas de 91% .

Na escola primária 7 de Abril, estivemos presentes das 15H40 às 18H40. Nesse período, apenas apareceram para votar 10 pessoas nas 17 assembleias de votos. Na verdade, algumas fecharam pontualmente às 18H00, iniciaram a contagem, e reabriram às 18H20 quando apareceu alguém com um rádio a informar o pessoal sobre o prolongamento. Pelas 18H30 a mesa 5303B tinha distribuído 48 bilhetes numerados, mas o edital indicava 302 votantes. A mesa 5309A, 48 bilhetes e 473 votantes registados, e a mesa 5309B, 53 e 300.

Outro indício de problemas é a variação entre os números de votos para o presidente e para a assembleia. Em todo o país, os votantes receberam dois boletins de voto, sendo observados quando os depositavam nas duas urnas; quem depositasse só um boletim era logo lembrado do segundo. Deste modo, o número de boletins de voto nas duas urnas raramente diferia mais do que um. Dois editais em Macharote mostravam diferenças de 22 e de 5. No Dondo, outros editais indicavam diferenças até 5.

Também se registaram grandes variações no número de votos válidos entre o presidente e a assembleia. Nalgumas vilas como Angoche, onde houve escolha para o presidente mas não para a assembleia, as pessoas votaram em branco para a assembleia. Mas no Dondo ambos os boletins eram idênticos com apenas um quadrado para a Frelimo, por conseguinte, diferenças acima de 70 em votos válidos não pode deixar de ser surpreendente.

Finalmente, no dia seguinte às eleições, quando estávamos a verificar os editais, encontrámos um presidente de mesa de voto que víramos na véspera, e que disse que gostaria que a comunicação social soubesse que os resultados haviam sido falsificados.

Finalmente, Dondo foi a única das 33 cidades e vilas que registou uma comparência às urnas acima dos 50%.

Nada disto prova ter havido um enchimento extensivo das urnas. Mas as evidências circunstanciais são muito fortes.

Guido van Hecken

- Na Beira, o delegado de lista do candidato independente Franciso Masquil queixou-se a um observador nacional de que na mesa de voto 5367B (Chota), permitiram que votassem quatro pessoas que não estavam nos cadernos eleitorais. Os observadores não avançaram com a investigação e não foi apresentada uma queixa formal.

Os 'erros' de Maputo

A importância de os partidos acompanharem todo o processo foi sublinhada por Mário Ussene que fiscalizou a contagem final e o processo de informatização pelo grupo Juntos pela Cidade.

Ele disse que os delegados de lista do grupo assinaram os relatórios finais de cada mesa de voto, como a lei eleitoral encoraja a fazer, e realizaram a sua própria contagem paralela.

Os relatórios de cada mesa de voto (actas) na CNE/STAE em Maputo estavam correctas e tinham sido essas as assinadas pelos seus delegados de lista, mas Ussene verificou que quando os resultados estavam a ser metidos em computador, às vezes os processadores escreviam zeros no respeitante aos votos das mesas. Por coincidência, isto parecia acontecer nas assembleias de voto em que o JPC tinha obtido bons resultados. Ussene levantou a questão informalmente junto do STAE e foram feitas as correcções. A votação final pelo JPC estava próxima da contagem que eles próprios tinham feito, disse Mário Ussene.

Ussene disse que esta situação não foi na altura levantada na comunicação social e que não vai ser apresentado um protesto formal sobre a fraca organização do dia das eleições, mesmo tendo provavelmente a abertura tardia custado votos ao JPC. "Queremos participar - não protestar e objectar," disse ele.

Comentário: Sempre alerta

A importância da transparência e dos delegados de lista é realçada tanto no incidente do Dondo como no de Maputo. É precisamente por o processo ser todo ele transparente e fiscalizável pelos partidos que estes dois casos vieram à luz.

Na verdade, se a oposição tivesse participado em Dondo, a fraude teria sido impossível, pois não se pode atulhar uma urna havendo delegados de lista de mais de um partido.

Os incidentes do Dondo e de Maputo mostram ser possível recolher provas e evitar anomalias. Isto significa que não são aceitáveis alegações vagas de fraude; as reclamações devem ser suportadas por provas. A oposição está agora a reclamar que em 1994 houve fraude, o que não é verdade.

Em Moçambique o sistema eleitoral continua a ser muito mais transparente e muito menos sujeito a abusos do que em muitos outros países. Os partidos precisam de aprender a utilizar esta transparência como garantia da credibilidade do processo, em vez de tentarem miná-lo com falsas reclamações.

Pressões em Angoche

As fortes campanhas da Renamo em defesa de um boicote e da Frelimo para encorajar as pessoas a votar gerou tensões e um certo medo nalguns locais, entre eles Angoche, Chimoio e Dondo.

Num dos dois únicos julgamentos realizados por ocasião destas eleições, 10 simpatizantes da Renamo foram condenados a 3 e 6 meses de prisão por terem tirado cartões de recenseamento a algumas pessoas de Angoche, na zona costeira da província de Nampula. Depois disto, a Renamo afirmou repetidamente que a Frelimo dissera que as pessoas seriam presas se não votassem. Não conseguimos encontrar ninguém que tivesse ouvido isto directamente, mas muita gente acreditou no boato.

O presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, encerrou a sua campanha a favor do boicote em Angoche no dia 27 de Junho, onde aludiu ao boato dizendo "não permitiremos que a polícia vá atrás de vocês."

Em resposta, a Frelimo distribuiu *senhas* à população. Eram quadrados de papel de 7 cm de lado cortados de folhas timbradas do governo, levando o carimbo do gabinete do administrador de distrito. Nalguns casos os pedaços de papel, com o endereço de cada casa lá escrito, eram distribuídos de porta em porta pelos secretários de bairro, que são normalmente membros do partido Frelimo. Ninguém entendia muito bem a finalidade destas *senhas* -- várias pessoas diziam que deviam ser entregues ao pessoal das mesas de voto, aos delegados de lista da Frelimo na assembleia de voto, ou devolvidos ao secretário de bairro como prova de terem votado.

Vimos *senhas* dessas nas assembleias de voto, mas era claro que o respectivo pessoal não as aceitava. Na assembleia de voto 0038B (Escola Primária de Mosseril) um membro do pessoal referiu-se a um

votante que exigiu que carimbassem a sua *senha*, por ter "medo do governo". Quando o pessoal recusou, ele utilizou a tinta do dedo (que provava que havia votado) para pôr a sua impressão digital na *senha*.

Quando um delegado de lista do candidato independente se dirigiu a nós no exterior de uma assembleia de voto (2018A, Emopesca) para se queixar por causa das *senhas*, o presidente da assembleia de voto e o delegado de lista da Frelimo tentaram ambos desencorajá-lo de falar connosco.

Em Angoche a comparência às urnas foi tão fraca como em todos os outros locais, mas lá pudemos sentir um certo medo nalgumas pessoas. E nalgumas assembleias de voto houve um número mais elevado do que o normal de votos em branco, sugerindo que algumas pessoas se sentiram pressionadas a votar.

No Dondo, província de Sofala, o *Boletim* encontrou uma sensação semelhante de medo em algumas pessoas. Na assembleia de voto de Consito, o funcionário que presidia a uma das mesas de voto veio falar connosco e disse que "aqui as pessoas têm medo". Também houve fortes campanhas a favor e contra as eleições. No Dondo surgiu um boato generalizado, que não pudemos confirmar, segundo o qual a Frelimo teria distribuído açúcar às pessoas, que deveriam "mostrar a sua gratidão" indo ter com o secretário do bairro para mostrar a tinta no dedo como prova de que tinham votado.

Em Chimoio também houve algum medo. Um jornalista local reportou que membros da Renamo haviam ido ao ponto de comprar cerveja às pessoas dizendo-lhes "nós havemos de saber pela tinta nos dedos se vocês votaram e se virmos isso, vamos cortar o dedo". Como a Renamo havia feito coisas do género durante a guerra, as pessoas acharam que não se tratava de uma ameaça vã. Outro jornalista disse que a Renamo tinha ameaçado os seus próprios membros para ter a certeza de que não iriam votar.

Líder de partido condenado

Miguel Mabote, presidente do PT (Partido Trabalhista) foi condenado a seis meses de prisão por violação à lei eleitoral, segundo o semanário Demos (15 de Julho). A pena é convertível em multa. Mabote foi condenado por ter ido a uma assembleia de voto no dia das eleições rasgar publicamente exemplares de boletins de voto ali afixados, e por ter criado agitação no local. O PT obteve três assentos na Assembleia Municipal de Xai-Xai.

"A ausência de Renamo nas eleições autárquicas pode, de facto, traduzir-se no facto de a oposição em geral estar convencida sobre a boa governação da Frelimo. Eles sentem-se bem governados, por isso não foram às eleições porque acham não haver motivos para substituir a Frelimo," declarou há dias António José Amélia, primeiro-secretário do partido no poder em Manica.
Notícias, 16 de Julho de 1998

Chaves perdidas e atrazo no arranque

A votação arrancou tarde em todas as principais cidades porque desta vez falhou um sistema de distribuição que havia funcionado bem em 1994. Algumas assembleias de voto não abriram até ao meio da tarde, e só depois de os funcionários terem partido os fechos para tirarem os materiais. A votação foi alargada por mais duas horas -- das 18 às 20 horas -- como forma de compensação, mas esta informação foi transmitida tão tarde que muitos eleitores e pessoal das assembleias de voto não tiveram conhecimento dela.

Cada caderno de 500 eleitores corresponde a uma assembleia de voto; as assembleias de voto agrupam-se em centros. Utilizam-se muitas vezes as escolas, com uma assembleia de voto em cada sala de aula.

Todos os materiais para cada assembleia de voto -- urnas, cabines de voto, boletins de voto, cadernos eleitorais, etc. -- eram pré-arrumados numa mala metálica, conhecida pelo nome de "kit". Os kits fechados à chave deviam ser entregues aos centros de votação na noite anterior ficando aí à guarda da polícia. De manhã, seriam distribuídos pelas assembleias de voto juntamente com as respectivas chaves. A votação deveria começar às 7 horas.

Urnas e alguns outros materiais, usaram-se os mesmos de 1994, enquanto os boletins de voto e outros materiais foram impressos de novo na Europa e enviados para Moçambique. A última remessa de material, destinado à Matola e a Maputo, chegou com uma semana de atrazo -- na noite anterior às eleições, e o pessoal teve que passar a noite inteira a empacotar os kits. Em Maputo, alguns kits só foram distribuídos depois das 11 horas.

Mas o verdadeiro atrazo em muitas cidades foi provocado pela não distribuição das chaves. Por exemplo, na Escola Primária 21 de Outubro, do outro lado do bazar do Xipamanine, em Maputo, ninguém do STAE apareceu para uma visita ou para levar as chaves. Por fim, às 14 horas os chefes das 13 assembleias de voto reuniram-se e decidiram rebentar as fechaduras; foi assim que a votação se iniciou às 15 horas. O chefe de uma das assembleias de voto estava ao princípio relutante em violar a fechadura, por isso a sua assembleia de voto (11961) só abriu às 16 horas.

O chefe da assembleia de voto 6763a comentava: "Algumas pessoas apareceram de manhã e foram-se embora. As pessoas disseram: porque é que o governo anda a brincar connosco? Finalmente, decidimos que tínhamos que rebentar as fechaduras."

Embora não tivesse havido instruções para partir as fechaduras, esta cena repetiu-se por muitos outros locais em Maputo.

Na Beira, Nampula, Matola e noutros locais, as assembleias de voto só abriram ao fim da manhã ou mesmo à tarde por causa da falta de chaves.

Também houve problemas provocados pela distribuição tardia dos kits, apesar de os materiais terem chegado a tempo.

Muitos kits não tinham todos os materiais. Os problemas mais comuns tinham a ver com a falta de cola para afixar o exemplar de boletim de voto e os resultados finais, uma única almofada para os eleitores que precisavam de votar com a impressão digital, embora houvesse duas cabines de voto, e também falta de petróleo para os candeeiros (ou, como em Maputo, falta de candeeiros). Em Moçambique, em Junho, escurece às 17H30 e muitas escolas, mesmo na cidade de Maputo, não têm electricidade.

As urnas têm que estar seladas com tiras de plástico, mas estas eram demasiado grossas para poderem entrar nos buracos das urnas. A televisão mostrou o Presidente Joaquim Chissano a depositar o seu voto numa urna não selada.

Tem que haver assembleias de voto no mesmo

Angoche mostra que é possível

Enquanto nas grandes cidades o STAE esteve caótico, portou-se bem em muitos dos locais mais pequenos. Em Angoche, o director do STAE local havia trabalhado nas eleições de 1994 e garantiu que 80% do seu pessoal das assembleias de voto também tivesse experiência, quer das eleições gerais quer da campanha de recenseamento de 1997.

Em Angoche as assembleias de voto abriram a horas. Todas tinham candeeiros e petróleo. Todo o pessoal recebeu um almoço empacotado e foi pago ao longo da manhã. Durante a tarde, o STAE tentou transportar pessoal das assembleias de voto para os locais onde lhes cabia votar.

Angoche mostrou que era possível organizar bem o processo.

local em que as pessoas se recensearam. Mas na Beira, Nampula, Angoche e noutros pontos houve casos de assembleias de voto que foram transferidas inesperadamente, às vezes para locais a vários quilómetros de distância; foi frequente os eleitores não se quererem incomodar e perder mais uma hora, não se dirigindo, pura e simplesmente, ao novo sítio. Também houve informações de cadernos de registo no local errado.

A alguns cadernos de registo faltavam páginas e muitos casos de pessoas cujos cartões de recenseamento não correspondiam ao que estava escrito no caderno. Isto talvez tenha resultado do facto de todos os cadernos terem sido rescritos à mão.

A contratação do pessoal do STAE e das assembleias de voto parece ter sido mal controlada. Nalguns locais, contrataram-se poucas pessoas com experiência das eleições de 1994. Nalgumas assembleias de voto, todo o pessoal pertencia à mesma família, com pelo menos um membro sem idade para votar.

Por outro lado, a formação do pessoal das assembleias de voto foi boa e o seu desempenho bastante elogiado.

Nalguns locais houve atrasos no pagamento ao pessoal das assembleias de voto; em Maputo houve manifestações e alguns retiveram os materiais eleitorais e os resultados até serem pagos.

O pessoal das assembleias de voto queixaram-se de que em muitos locais o STAE não lhes deu comida, apesar de terem que trabalhar das 4 da manhã até depois da meia-noite. Eles partiram do princípio de que teriam almoço, pois foi o que acontecera durante o período de formação. O STAE a nível central disse que não tinha havido promessas de almoço, mas também se esqueceu de dizer ao pessoal para trazer a sua própria comida.

O pessoal não podia votar

A lei das eleições autárquicas só permitia que as pessoas votassem na assembleia de voto onde haviam sido recenseadas e, diferentemente de 1994, não adoptou qualquer provisão relativamente ao pessoal das assembleias de voto e aos delegados de lista para que pudessem votar na assembleia em que estivessem afectos. É provável que mais de 30.000 pessoas a trabalhar no processo das eleições tenham perdido o seu direito de voto.

Nalguns locais, os que estavam a trabalhar perto da sua própria assembleia de voto limitaram-se a tirar algum tempo para irem votar (o que foi facilitado pela fraca comparência de eleitores). Noutros locais, o pessoal ignorou as novas regras e seguiu os procedimentos de 1994 -- escrevendo os seus nomes

no registo oficial e votando onde estava a trabalhar. Foi uma total incongruência, com assembleias de voto em salas de aula contíguas a agirem cada uma à sua maneira.

Caça aos Papéis Exclui Candidatos

A excessiva burocracia, a confusão sobre as regras, e a falta de informação -- assim como problemas inesperados com a própria lei eleitoral -- reduziram a participação das listas de cidadãos independentes e restringiram a observação.

Candidatos independentes sérios em Nampula, Angoche, Inhambane e Quelimane e noutros locais não conseguiram juntar a tempo a documentação exigida. Na maior parte dos casos as regras foram correctamente aplicadas, mas a burocracia combinada com a falta de informação mostrou-se intransponível para muitos potenciais políticos.

Dois requisitos da lei eleitoral (6/97) revelaram-se difíceis. O primeiro é o requisito (art. 115) segundo o qual as listas para a assembleia devem ter uma vez e meia mais nomes que o número de assentos na assembleia. Para Maputo, isto significa candidatos para todos os 59 assentos mais 30 suplentes.

Isto mostrou ser impossível para muitos partidos pequenos e parece despropositado se um pequeno partido apenas espera obter alguns lugares. A maior parte dos países europeus não têm tal exigência.

A UD, o único partido ou coligação pequeno na assembleia nacional, queria ter listas em todas as 33 cidades e vilas, mas só encontrou um número suficiente de pessoas para preencher a lista de Catandica, uma das vilas mais pequenas a ter eleições. Para Maputo, a UD conseguiu encontrar apenas 36 dos 89 candidatos necessários.

O outro problema foi o requisito (art. 3, 12) segundo o qual todos os candidatos têm que apresentar sete documentos:

- fotocópia autenticada de um bilhete de identidade;
- certificado de que o candidato não tem cadastro criminal;
- prova de registo eleitoral, assim como, em separado,
- uma fotocópia autenticada do cartão de recenseamento dos votantes;
- prova de residência de seis meses na cidade ou vila em que a pessoa se pretende candidatar;
- uma declaração segundo a qual a pessoa expressa vontade de ser um candidato; e
- uma declaração pelo candidato da sua capacidade eleitoral.

Mário Ussene, mandatário do grupo "Juntos Pela Cidade", lamentou igualmente a demora na divulgação dos resultados, afirmando que "não há um cumprimento de lei em relação aos prazos estabelecidos". Para Ussene, a lei é para ser cumprida e avançou ainda que no que toca à lei, "houve pessoas que não puderam participar porque foram consideradas como estando fora dos prazos, em estrita observância de lei".

Notícias, 17 de Julho de 1998

Para as pessoas de vilas e cidades pequenas, a obtenção de fotocópias e a sua autenticação (em notário) implica muitas vezes viajar até à capital provincial. Muitas pessoas tiveram dificuldade em obter o certificado de registo criminal.

A lei é clara e foi aprovada um ano antes das eleições. As regras foram publicadas pela CNE no jornal *Notícias* de 21 de Fevereiro, com o prazo de apresentação de 16 de Março na capital provincial ou em Maputo. Com o adiamento das eleições, a CNE anunciou a 21 de Março um novo prazo a 16 de Abril.

Mas a falta de informação provou ser um grave problema, e originou erros por parte dos candidatos. O *Notícias* não atinge todos os pontos do país e a outros chega com um atraso de dias, fazendo com que muitos potenciais candidatos não tivessem informação oficial ou a recebessem demasiado tarde. Houve muitas queixas por não se encontrar ninguém nos gabinetes locais do STAE (*Secretariado Técnico de Administração Eleitoral*), ou por não saberem responder às perguntas. Por vezes, o STAE provincial e os gabinetes locais não possuíam cópias dos regulamentos nem sequer dos anúncios publicados no *Notícias*.

A lei permite alguns dias extra para a correcção de "irregularidades formais" mas a interpretação disto não era clara. Muitos candidatos partiram do princípio de que isto lhes daria uma oportunidade extra para preencherem falhas de documentação, mas a CNE na sua declaração de 21 de Fevereiro dizia que os gabinetes provinciais do STAE só poderiam aceitar pedidos de candidatura se incluíssem "todos os documentos requeridos por lei".

Foram rejeitadas várias listas mesmo quando lhes faltavam apenas alguns pedaços de papel. Isto liga-se directamente à necessidade de listas completas; em

muitos casos os grupos locais tinham organizado a

documentação exigida para uma lista quase completa -- para muitas mais pessoas do que aquelas que tinham esperança de ver eleitas.

Houve alguma flexibilidade, mas também esta geraria confusão. Em Nampula o STAE aceitou listas sem certificado de registo criminal desde que a apresentação incluísse o recibo comprovativo de que aquele havia sido pedido, mas não sem esse recibo. Águeda de Sousa que tentou candidatar-se a presidente da cidade de Nampula queixou-se de ser demasiado duro obter informações do STAE e que a sua candidatura foi rejeitada mesmo estando quase completa.

Em Quelimane, a queixa foi diferente. Os membros locais do pequeno partido FAP decidiram ignorar o boicote apoiado pelos seus dirigentes nacionais. A 14 de Abril, três dias antes do prazo, submeteram a sua lista ao STAE local. Queixaram-se ao *Boletim* de que os seus papéis foram aceites pelo STAE e que só depois do prazo tinham sido informados de que faltavam os certificados de registo criminal e que, portanto, a candidatura não seria enviada à CNE em Maputo. O grupo argumentou dizendo que se tivesse sido informado no dia da apresentação, teria tido tempo suficiente para preencher as lacunas -- ou poderiam ter fornecido os recibos comprovativos do pedido de certificados; devidamente informados, essa teria sido a opção.

● **Comentário:** É evidente que requisitos pesados e pessoal pouco prestável beneficiam os partidos grandes que se encontram melhor organizados; esses podem começar mais cedo e têm recursos para andarem atrás dos papéis que faltam. Os procedimentos foram especialmente duros para os candidatos genuinamente independentes com dificuldade em perseguirem documentos dentro das suas horas de trabalho, e sem poderem pagar a quem fizesse isso por eles.

Nas actuais condições de Moçambique, com uma burocracia extremamente lenta, dificuldades de transporte e uma falta generalizada de informação, é simplesmente impraticável exigir sete peças de documentação oficial a cada candidato.

A par da simplificação das normas, deveria ser obrigatória a afixação de todos os regulamentos nos gabinetes locais do STAE com suficiente antecedência para poderem ser úteis. E sempre que se usa de alguma flexibilidade, como foi o caso dos certificados de registo criminal, essas alterações devem ser claramente comunicadas a toda a gente.

Poucos observadores

A observação é a chave da prevenção de anomalia, mas a CNE e o STAE dificultaram a observação por parte de partidos e de independentes.

A observação independente por organizações nacionais foi autorizada por regulamentos emitidos a 20 de Janeiro, segundo os quais os pedidos tinham que dar entrada 15 dias antes do início da campanha eleitoral (a 1 de Maio, posteriormente a 1 de Junho). Muitos grupos começaram a preparar e a organizar equipas de observadores, mas aguardaram por instruções sobre os pedidos de credenciais. Os calendários eleitorais publicados pela CNE (a 6 de Fevereiro e a 4 de Abril) não incluíam qualquer informação sobre os observadores. Os gabinetes locais do STAE não foram capazes de fornecer informação, e disseram não possuir cópias do regulamento da observação.

Só a 28 de maio, quinta-feira, a CNE anunciou no *Notícias* que os pedidos tinham que ser submetidos à CNE em Maputo ou aos gabinetes provinciais do STAE até 1 de Junho, segunda-feira. Os pedidos requeriam duas coisas não especificadas no regulamento de 20 de Janeiro; uma foto de cada observador e "prova de nacionalidade moçambicana" (o que normalmente implica uma fotocópia autenticada do bilhete de identidade).

Mesmo para o caso de Maputo, tratava-se de um prazo muito curto. O FECIV (Forum de Educação Cívica) tinha a intenção de registar mais de 50 observadores. "Era difícil encontrar todas as pessoas e arranjar fotografias e cópias dos documentos de identificação durante um fim de semana," disse Domingos Bonate do FECIV.

A OJM nunca chegou a registar alguém. O FECIV registou apenas 13 dos seus elementos. Apesar do aviso tardio, o STAE em Maputo foi relativamente inflexível. Aceitou pedidos na terça-feira mas rejeitou um do FECIV para mais pessoas na quarta-feira, 3 de Junho, disse Bonate.

Fora de Maputo ainda foi mais duro. Uma coligação de ONGs em Quelimane, FONGZA, tinha formado observadores. Jorge Berto de Sousa disse que só souberam das normas pela rádio no dia 31 de Maio, domingo, e que um dia era demasiado apertado para coligir toda a documentação.

No fim, para 4132 assembleias de voto apenas foram acreditados 212 observadores. Destes, 97 eram da cidade de Maputo. Na verdade, só dois grupos conseguiram registar observadores fora de Maputo -- o Conselho Cristão de Moçambique com 79 pessoas em seis províncias, e a Universidade Católica de Moçambique com 42 em Sofala.

Os regulamentos permitiam o reconhecimento como observadores individuais de "personalidades de reconhecida experiência e prestígio". A CNE nunca divulgou como é que isto seria decidido; duas foram aprovadas e alguns rejeitadas.

Em Maputo, embora as listas fossem submetidas por organizações, as credenciais tinham que ser levantadas pelos indivíduos, e isto não foi comunicado aos grupos até à véspera do dia das eleições, quando as credenciais ficaram finalmente prontas. Isto fez com que alguns observadores não tivessem recebido as credenciais a tempo da abertura das assembleias de voto.

Quanto à comunicação social, nunca foram tornadas públicas quaisquer normas. Credenciais para a comunicação social foram emitidas em Maputo poucos dias antes do dia da votação; fora de Maputo muitos jornalistas andaram pelas assembleias de voto sem credenciais oficiais da CNE.

Para os delegados de lista, os procedimentos eram mais simples e mais claros. Os partidos tinham apenas que submeter uma lista de nomes (sem fotografias) e os prazos (14 de Maio e posteriormente 15 Junho) estavam incluídos no calendário publicado.

O problema residia no facto de cada uma dos milhares de credenciais emitidas para delegados de lista tinha que ser assinada pelo presidente da CNE, Leonardo Simbine, tendo havido grande demora no seu envio. Em Nampula fazia-se a acusação de que em Maputo havia parcialidade de natureza partidária. Todas as cartas credenciais para delegados da província de Nampula foram assinadas em Maputo no dia 24 de Junho; as da Frelimo chegaram de avião na manhã de 27 de Junho, sábado, e foram distribuídas ao longo do fim de semana; as dos independentes de Angoche e Nacala chegaram a Nampula no domingo e os mandatários dos candidatos tiveram que se deslocar à cidade de Nampula para os receber na segunda-feira. Na segunda-feira à tarde as credenciais para os delegados do candidato independente de Nampula, Eugénio Fátima, ainda não tinha chegado e ele dirigiu-se à rádio local para dizer que os seus delegados iriam para as assembleias de voto no dia seguinte sem credenciais; finalmente recebeu-as às 20 horas -- demasiado tarde para as distribuir naquela noite a muitos dos seus delegados.

● **Comentário:** A excessiva centralização aliada à demora no fornecimento de informação reduziu, por certo, a observação destas eleições. Não havia qualquer motivo para os gabinetes provinciais do STAE não terem sido autorizados a passar credenciais para a comunicação social, observadores e delegados de lista. Também não há justificação para os primeiros regulamentos não terem incluído instruções sobre o pedido de credenciais.

Diplomatas violam lei eleitoral

Depois de a CNE ter decidido a não existência de observadores internacionais, a comunidade diplomática foi avante e organizou uma observação que denominou de "exercício de recolha de informação". Segundo um diplomata: "Pagámos o processo e queríamos ver o que se passava".

A nota que circulou pelo Grupo de Trabalho das Eleições Locais dos doadores referia "não procuramos concordância do governo e/ou da CNE." A nota apelava a uma presença internacional "menos visível", em parte "pelo perigo de uma presença internacional ser interpretada como estando a dar credibilidade às eleições."

O processo foi coordenado sem grande rigor, com as várias embaixadas a encarregar-se de zonas onde tinham funcionários ou projectos. Os observadores incluíam diplomatas e suas famílias assim como cooperantes. Não receberam instruções específicas sobre a lei eleitoral e os procedimentos moçambicanos, e alguns dos observadores violaram a lei.

Aos observadores dos Estados Unidos foi dito para prestarem atenção à "participação na votação", à "violência" e à "interferência na votação ... intimidação ou assédio."

Como a lei não prevê este tipo de observação estrangeira, algumas áreas ficaram imprecisas. Os diplomatas foram frequentes vezes contra o espírito se não mesmo contra a letra da lei.

Por exemplo, os observadores dos Estados Unidos foram aconselhados a falar com eleitores e funcionários das assembleias de voto "nos locais". Mas as instruções não lembravam aos observadores que é ilegal seja para quem for revelar em quem votou num raio de 1000 metros de uma assembleia de voto, e para a comunicação social entrevistar pessoas num raio de 300 metros (art. 48, 57). Com isto a lei pretende evitar a intimidação e manter a natureza secreta do voto. Algumas embaixadas disseram aos seus observadores para se manterem a 300 metros, o que foi, de um modo geral, ignorado.

A lei é clara quanto à interdição de estranhos nas assembleias de voto, mas isto foi interpretado de forma muito estrita pelos diplomatas. Na Escola Primária 7 de Setembro, em Maputo, um diplomata dos Estados Unidos foi visto de pé, à porta de uma sala de aulas, a falar com pessoal da mesa de voto. O mesmo aconteceu com um observador da Holanda na Escola Primária de Mataunha, em Nampula.

Em muitas zonas, onde as assembleias de voto foram montadas ao ar livre, os diplomatas estiveram perto da mesa com o respectivo pessoal assim como das cabines de voto.

A lei não define com exactidão a área da assembleia de voto em que não é permitida a presença de estranhos. Mas o Manual dos Membros das Mesas de Voto inclui como parte da mesa de voto "uma zona de distribuição" onde os auxiliares das mesas ajudam os eleitores a dirigirem-se à mesa de voto correcta e uma "zona de espera" para a bicha. Onde existiam muitas mesas de voto numa série de salas de aula, todo o pátio da escola foi considerado como uma zona de distribuição e de espera, e os auxiliares foram colocados à entrada da escola para manter afastados os não votantes. Algumas embaixadas disseram aos seus funcionários para ficarem afastados dos pátios das escolas, mas outros entraram aí.

Ameaça holandesa?

A Embaixada da Holanda negou alegações de que teria feito uma ameaça ilegal a um potencial candidato em Nampula.

Dois dos três potenciais candidatos a presidente do município de Nampula constavam da lista de empregados da Holanda. Dionísio Cherewa trabalhava em Nampula para a embaixada holandesa; a embaixada disse que ele se demitiu quando ficou candidato da Frelimo.

Uma potencial candidata independente, Águeda de Sousa, trabalha para um projecto da ORAM financiado pelos holandeses através da organização SNV. A embaixada confirma ter enviado uma carta ao SNV dizendo-lhes para instruírem a ORAM no sentido de se reunir para considerar a posição de Águeda de Sousa, pois ser candidato político entraria em conflito com o trabalho dela na reforma sobre a terra. O SNV opôs-se e recusou-se a fazer isso.

No entanto, não há acordo quanto ao conteúdo exacto da carta. Apoiantes de Águeda de Sousa dizem que a carta pedia à ORAM para discutir a demissão dela. A embaixada holandesa nega e disse que a carta apenas pedia para discutirem a transferência de Águeda de Sousa para outra tarefa. Contudo, a embaixada recusou-se a mostrar o texto da carta.

A candidatura de Águeda de Sousa foi rejeitada pelo STAE de Nampula; ela iniciou um protesto, mas

depois retirou-o. Não se sabe se a preocupação com o emprego terá influenciado a sua decisão final.

A lei eleitoral (lei 6/97, art. 148) torna explicitamente ilegal "despedir ou ameaçar despedir algum cidadão do seu emprego [ou] aplicar qualquer outra sanção" por participação numa campanha eleitoral. A pena vai de seis meses a dois anos de prisão.

Mesmo o pedido para Águeda de Sousa ser transferida poderá considerar-se uma ameaça de sanção ilegal.

O caminho até às eleições

Inicialmente, as eleições locais foram programadas para 1996 acabando por ser sucessivamente adiadas. Primeiro, a lei das autarquias locais foi considerada inconstitucional, tendo sido necessário introduzir uma emenda à Constituição, aprovada em Outubro de 1996. Um novo pacote de leis autárquicas, aprovado pelo parlamento em Abril de 1997, estipulava a realização de eleições nesse mesmo ano, tendo sido marcadas para 27 de Dezembro. Esta data mostrou-se impossível, e as eleições foram adiadas para 29 de Maio de 1998.

A Renamo abandonou a Comissão Nacional de Eleições em Janeiro de 1998 e em Março disse que não participaria nas eleições. Registaram-se problemas com o recenseamento, por isso, em Março, decidiu-se adiar as eleições para 30 de Junho.

O presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, tornou claro que não confiava no STAE, nomeado pelo governo (que nomeou membros da Renamo para postos seniores no STAE). Dhlakama pretendia voltar à posição de 1994, em que o STAE, tal como a CNE, tinha membros designados pelos partidos políticos.

Esta disputa vem-se desenrolando desde a aprovação da primeira legislação. O governo defendia que o STAE é um órgão puramente administrativo, que podia ser devidamente fiscalizado pelos membros da Renamo na CNE, e que era necessário avançar para além das circunstâncias especiais do acordo de paz de 1992 e das primeiras eleições gerais de 1994.

A Renamo contrapunha que o aparelho do Estado era ainda dominado pela Frelimo, que a Frelimo estava a nomear membros seus para os gabinetes provinciais do STAE e que, por conseguinte, as condições especiais do pós-guerra ainda se aplicavam. "O STAE é Frelimo porque todo o aparelho estatal é Frelimo," afirmou o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama. A confusão em redor dos cadernos de recenseamento eleitoral perdidos (ver Boletim 20) levou a Renamo a argumentar que o STAE era incompetente e parcial.

Em Março, parecia que era possível um

compromisso. Diplomatas e líderes religiosos falaram com o governo e com a Renamo, e numa conferência de imprensa realizada a 17 de Março, Dhlakama declarou pretender uma participação no STAE ao nível local e correcções no recenseamento eleitoral, mas mostrou flexibilidade sobre o modo de fazer isso.

Um líder religioso comentou: "Estávamos muito esperançados porque as partes contactadas mostravam flexibilidade para se ultrapassar este impasse. Mas de um dia para o outro, as posições endureceram." Dhlakama voltou a exigir alterações à lei eleitoral e à politização do STAE. O presidente da CNE, Dr. Leonardo Simbine, pensava ter negociado o regresso dos membros da Renamo à CNE quando isso foi repentinamente posto fora de lado por Dhlakama.

Dhlakama anunciou um boicote às eleições a que aderiram os dirigentes de 15 dos partidos mais pequenos. Dhlakama continuava a acreditar que a comunidade internacional não consentiria a realização de eleições sem a Renamo e esta continuava a seleccionar e preparar candidatos e delegados de lista. Alguns membros da Renamo e muitos de partidos mais pequenos de fora de Maputo opunham-se ao boicote e reclamavam por não terem sido consultados pelos dirigentes de Maputo.

Por fim, eleições e boicote foram avante.

Diplomatas e igreja divididos

Ninguém ficou satisfeito com o boicote pela Renamo e partidos pequenos. A União Europeia e o embaixador dos Estados Unidos, Brian Curran, ambos disseram que "lamentavam" a decisão. Mas as acusações e a acção da Renamo dividiam tanto a comunidade diplomática como a igreja.

Os Estados Unidos apoiavam fortemente a Renamo. O embaixador dos Estados Unidos, Brian Curran, emitiu uma declaração no dia 12 de Maio dizendo: "as legítimas preocupações dos partidos da oposição relativamente à imparcialidade e transparência do processo eleitoral não foram devidamente tomadas em consideração pelo parlamento que aprovou no ano passado a legislação sobre as autarquias, nem pelo governo em resposta a subsequentes e repetidos pedidos da oposição. Em consequência, os Estados Unidos da América não continuarão a prestar assistência a actividades ligadas ao processo eleitoral nas cidades onde não haja uma verdadeira escolha de candidatos." Em privado, funcionários dos Estados Unidos consideravam válidas as reclamações da Renamo sobre o mau desempenho do STAE.

A decisão teve pouca importância em termos práticos pois os Estados Unidos não eram o principal

doador do processo; alguns foruns de candidatos patrocinados pelos EUA foram cancelados, enquanto outros, incluindo os de Angoche e Matola, prosseguiram.

O principal financiador das eleições era a União Europeia, e a 11 de Maio o representante da UE, Neves da Silva, fez declarações à rádio realçando o continuado apoio da União Europeia. No geral, os estados membros da UE opunham-se ao boicote da Renamo e disseram que as eleições deviam ir para a frente sem a Renamo. Os diplomatas da UE rejeitaram alegações de fraude, dizendo que a Renamo não tinha apresentado provas.

No dia 19 de maio, Dhlakama apelou à União Europeia para mudar de posição. Dhlakama disse numa declaração que "apoiar um processo assim é contribuir para a instabilidade de Moçambique; é apoiar a farsa, a burla e a ditadura da Frelimo."

Este apelo foi claramente rejeitado pela União Europeia numa declaração de 29 de Maio que "reconhece o direito à não participação, livre e democraticamente exercido pela Renamo e por outros partidos políticos."

Entretanto, a Igreja Católica também se encontrava dividida. Numa carta pastoral datada de 25 de Abril, os bispos alertavam para o facto de as eleições locais poderem não ser livres, justas e democráticas e advertiam a Frelimo de que distorcer as eleições a seu favor seria "abusivo e fraudulento".

No início do mês, o Arcebispo da Beira, Dom Jaime Gonçalves, foi bastante mais longe ao afirmar que as eleições iriam ser fraudulentas e que ele não votaria.

Mas o Reitor da Universidade Católica na Beira, Filipe Couto, disse que "o boicote das autarquias não foi prudente. Ele pode ter efeitos maus para os próprios partidos... Um sistema de governação baseado no boicote cria desconfiança na sociedade. Os próprios partidos 'boicotantes' começarão a ter contradições: os seus membros começarão a perder confiança. Assim, os partidos nunca resolverão os problemas."

Ponto de vista

Ensinando pelo exemplo

A democracia moçambicana é uma importação. Numa zona de África que busca consensos para solucionar problemas, um sistema multipartidário baseado na conflitualidade não tem raízes e poucos precedentes. A recente conferência da Unesco em Maputo, realizada apenas alguns dias após as eleições locais, voltou, mesmo assim, a perguntar se existe uma "democracia africana alternativa". Seja qual for a

resposta, o sistema actual é uma importação -- talvez mesmo uma imposição -- da Europa e dos Estados Unidos. Conscientemente ou inconscientemente, muitos moçambicanos olham para as acções de estrangeiros para definirem as regras deste novo sistema e para ajudarem a compreender como é que ele funciona. Em 1994 e mais recentemente, a comunidade internacional ensinou aos moçambicanos três regras sobre democracia talvez sem essa intenção.

1. A Renamo tem poder de veto, mas como "oposição" oficial não se espera que dê contribuições construtivas para a resolução de problemas. Desde 1992, no processo de paz, nas eleições, e no parlamento a Renamo tem vindo a fazer valer exigências através de ameaças de abandono. Isto tem sido encorajado pela comunidade internacional que, nas suas tentativas de contrariar a hegemonia da Frelimo, deu um veto à Renamo. Em reuniões com a comunidade internacional um mês antes das eleições locais, o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, disse estar certo de que a comunidade internacional não deixaria que as eleições fossem avante sem a Renamo -- e parecia sincero na sua convicção.

2. Os partidos são dirigidos por pessoal pago. O financiamento extensivo aos partidos em 1994, assim como o pagamento aos delegados de lista, levaram à conclusão óbvia de que a política dos partidos era uma actividade comercial ou geradora de emprego paga por doadores. As informações iniciais de que instituições da Holanda e dos Estados Unidos iriam providenciar fundos encorajou essa ideia este ano. Tanto em Nampula como em Angoche, os candidatos independentes entrevistaram delegados de lista mais como se estivessem a empregar pessoal do que a envolver activistas, e ficaram verdadeiramente surpreendidos ao verem que não lhes poderiam pagar. Na Matola, o RUMO prometeu aos seus activistas uma parte dos fundos dos doadores que considerava como certos. E, tendo como base a primeira experiência, porque é que teriam de pensar de outra maneira? Os partidos que participaram em 1994 chegaram mais cedo à conclusão de que iria haver dinheiro -- como bons sindicalistas, recusaram-se a trabalhar se não fossem pagos, por isso decidiram boicotar as eleições locais.

3. Os partidos são construídos de cima para baixo, baseados mais em líderes do que em políticas. Trata-se de uma questão mais complexa, pois também é encorajada pelo sistema presidencial de Moçambique e pela concentração geral dos meios de comunicação social em personalidades. No entanto, a comunidade

internacional tem-se inclinado mais para a promoção de líderes partidários do que para o estímulo ao debate de matérias e questões sobre o modo de governar o país ou a cidade.

Para responderem aos problemas imediatos de Maputo e às exigências das suas próprias capitais, diplomatas e doadores criaram não intencionalmente uma imagem distorcida da democracia multipartidária que esperam promover. Os líderes partidários, em particular, são recompensados por terem grande visibilidade em Maputo, e não por construírem uma base de massas. Não se encoraja o desenvolvimento de uma autonomia financeira. Na verdade, possuir militantes do partido e implantação por todo o país é visto como uma seqüela dos velhos dias do socialismo; a nova democracia tem a ver com líderes visíveis em Maputo. Quando um candidato independente sério assume que contrata delegados de lista em vez de constituir um quadro partidário, é sinal de um generalizado e grave equívoco.

A incapacidade de reconhecer a necessidade da construção de bases foi sublinhada de duas maneiras. A primeira foi a decisão do boicote tomada em Maputo sem consultas; muitos membros dos partidos pequenos opuseram-se, e os membros de um dos primeiros boicotadores (PT) de facto candidataram listas em duas cidades. Muitos membros da Renamo opuseram-se igualmente ao boicote. A segunda foi a incapacidade da UD, o único partido pequeno (coligação) no parlamento, de encontrar candidatos suficientes para preencher as listas; a UD não conseguiu em quatro anos de parlamento criar uma máquina partidária.

E a Renamo falhou na sua transformação num partido político funcional. Nas eleições locais foi notório que os únicos candidatos independentes eficientes eram antigos membros da Frelimo, que compreenderam a necessidade de uma organização de tipo partidário.

Parece cada vez mais que se vier a surgir uma "terceira força" -- um grupo eleitoral que não seja nem a Frelimo nem a Renamo -- como muitos diplomatas esperam -- ela nascerá de uma cisão na Frelimo. No parlamento, tem sido a Frelimo a real oposição ao seu próprio governo, e não a Renamo ou a UD. E a Frelimo continua a ser a única força política que tem uma organização partidária e que compreende a importância da organização.

Na verdade, pode acontecer que, nas suas tentativas desesperadas de promoção de uma oposição eficaz à Frelimo, algumas embaixadas estejam de facto a ajudar a manter a Frelimo no poder. O boicote às eleições locais criou o primeiro espaço para a emergência de uma genuína oposição

política; forçar a oposição de 1994 a uma posição dominante no próximo ano será fazê-lo à custa de uma nova e mais legítima oposição. A Renamo e a maior parte dos partidos pequenos não conseguiram, até ao momento, provar como oposição credível -- têm estado mais interessados em dinheiro e aparências do que nos detalhes da governação. Isto foi evidenciado pelo boicote da Renamo à CNE -- oficialmente por causa de problemas processuais e protocolares -- em vez de trabalhar dentro da CNE para resolver o que que viria a transformar-se em problemas sérios do processo eleitoral.

A comunidade internacional por certo que usará o fiasco das eleições locais de 1998 como razão para tentar impor novas condições ao governo relativamente à condução das eleições de 1999. Mesmo antes das eleições registaram-se divisões sérias quanto à natureza do problema, e tais divisões não desapareceram.

Eis uma questão chave: Deverão os doadores aceder à exigência da Renamo de um regresso a 1994 e ao acordo de paz de 1992? É claro que deve haver uma reforma dos procedimentos do STAE e da CNE, mas a criação de uma máquina ainda mais dispendiosa, pesada e politizada poderá não ser a resposta. O que é necessário é descentralização, desburocratização, e, em especial, mais transparência -- não um regresso a 1994 quando as eleições foram avante por causa de negócios políticos feitos à porta fechada em Maputo.

As embaixadas poderão querer preocupar-se mais com o impacto mais a longo prazo das suas acções no respeitante à democratização. Não será que a prática está a ir contra a sua própria retórica? Não será que os seus remendos e emendas de curto prazo irão de facto dificultar ainda mais a construção, aqui, de uma genuína democracia?

Na sua declaração de 20 de Maio, o Conselho Cristão dizia que "sejam quais forem as posições assumidas pela comunidade internacional, elas não deverão ser aproveitadas pelos moçambicanos para endurecer as suas próprias posições." A comunidade internacional também deverá levar isto a peito, e -- em contraste com as semanas que antecederam as eleições locais -- tentar não tomar partido, pois pode aumentar e endurecer as divisões na sociedade moçambicana.

Joseph Hanlon

Ficha Técnica:

Tradução: Orlanda Mendes

Colaboradores: Inez Hackenberg, Obede Baloi, Tamme Hansma, Guido van Hecken, George Siemensma, Lucia van den Bergh, Alfredo Mueche

Patrocínio: Cooperação Suíça e Abos (Belgica)



República de Moçambique
COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES
RESUMO DO PROCESSO DE VOTAÇÃO

MUNICIPIO	ELEITORES			ABSTENÇÕES	
	INSCRITOS	VOTANTES	%	TOTAL	%
Angoche	34,693	8,784	25.32	25,909	74.68
Beira	209,493	21,570	10.30	187,923	89.70
Catandica	7,318	2,388	32.63	4,930	67.37
Chibuto	24,229	8,546	35.27	15,683	64.73
Chimoio	80,759	9,068	11.23	71,691	88.77
Chokwé	24,157	5,770	23.89	18,387	76.11
Cuamba	29,565	3,305	11.18	26,260	88.82
Dondo	31,204	16,734	53.63	14,470	46.37
Gurué	26,468	2,882	10.89	23,586	89.11
Ilha de Moçambique	23,653	2,987	12.63	20,666	87.37
Inhambane	26,921	5,097	18.93	21,824	81.07
Lichinga	38,136	5,817	15.25	32,319	84.75
Manhiça	19,802	3,723	18.80	16,079	81.20
Manica	12,463	3,782	30.35	8,681	69.65
Mandlakazi	5,549	1,109	19.99	4,440	80.01
Maputo	509,021	66,807	13.12	442,214	86.88
Marromeu	8,270	1,868	22.59	6,402	77.41
Matola	195,274	22,597	11.57	172,677	88.43
Maxixe	50,661	5,471	10.80	45,190	89.20
Metangula	4,224	1,379	32.65	2,845	67.35
Milange	9,212	1,477	16.03	7,735	83.97
Moatize	16,229	2,599	16.01	13,630	83.99
Mocimboa da Praia	21,391	2,947	13.78	18,444	86.22
Mocuba	36,687	7,935	21.63	28,752	78.37
Monapo	24,635	3,714	15.08	20,921	84.92
Montepuez	25,610	11,482	44.83	14,128	55.17
Nacala Porto	77,216	10,254	13.28	66,962	86.72
Nampula	149,460	12,026	8.05	137,434	91.95
Pemba	42,337	8,731	20.62	33,606	79.38
Quelimane	93,514	5,351	5.72	88,163	94.28
Tete	48,922	7,317	14.96	41,605	85.04
Vilankulos	12,608	3,135	24.87	9,473	75.13
Xai-Xai	45,849	10,007	21.83	35,842	78.17
Total	1,965,530	286,659	14.58	1,678,871	85.42

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES
Eleição do Presidente do Conselho Municipal

MUNICÍPIO	TOTAL DE VOTOS				DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS	TOTAL	%
	Expres.	Em branco	Nulos	Válidos	Candidatura		
ANGOCHE	8.784	677	603	7.504	JOSÉ CONSTANTINO	5.648	75,27
					ISIDRO ALI ASSANE	1.856	24,73
BEIRA	21.687	634	836	20.214	CHIVAVICE MUCHANGAGE	11.828	58,51
					FRANCISCO DE ASSIS MASQUIL	8.386	41,49
CATANDICA	2.383	112	144	2.132	JOSÉ DRAIVA CHICODO	2.132	100,00
CHIBUTO	8.546	841	293	7.412	BENJAMIM FRANCISCO MUCHANGA	358	4,83
					FRANCISCO BARAGE MUCHANGA	7.054	95,17
CHIMOIO	8.759	244	414	8.101	JOSÉ MEQUE	1.119	13,81
					DÁRIO H. T. B. JANE	6.976	86,19
CHOKWE	5.667	553	515	4.599	SALOMÃO TSAVANE	4.599	100,00
CUAMBA	3.305	216	339	275	TEODÓSIO SIMÃO MATA	275	100,00
DONDO	16.734	397	341	15.996	MANUEL CAMBEZO	15.996	100,00
GURUE	2.870	207	226	2.437	AMONE XAVIER MONGESSA	603	24,74
					JOÃO BERNARDO	1.834	76,26
ILHA DE MOÇ.	2.987	173	305	2.509	ABACAR ABDUL SATAR NAIMO	2.509	100,00
INHAMBANE	5.025	323	342	4.363	VITORINO MANUEL MACUVEL	2.745	62,91
					FELIZARDO XAVIER D. VAZ	1.471	33,71
					AMANO JOSÉ MARRENGULA	147	3,38
LICHINGA	5.795	466	438	4.891	CRISTIANO TAIMO	4.891	100,00
MANHIÇA	3.625	134	277	3.214	LAURA DANIEL TAMELE	1.887	58,71
					EUSÉBIO TIMBANA MANHIÇA	1.327	41,29
MANICA	3.473	211	124	3.138	MOGUENE MATERISSO CANDIEIRO	3.138	100,00
MANDLAKAZI	1.109	52	53	1.004	CASIMIRO JOÃO MONJANE	1.004	100,00
MAPUTO	66.807	1.241	1.583	63.983	MARIA ALICE MABOTA	1.568	2,45
					PHILLIPE ARTHUR GAGNAUX	18.441	28,82
					JEREMIAS CHICAVA	1.774	2,77
					ARTUR HUSSENE CANANA	41.595	65,01
					NEVES PINTO SERRANO	605	0,95
MARROMEU	1.868	98	178	1.592	PALMERIM CANOTINHO RUBINO	1.592	100,00
MATOLA	22.431	548	1.228	20.655	AFONSO ABÍLIO NHANTUMBO	2.953	14,30
					CARLOS A. FILIPE TEMBE	17.702	85,70
MAXIXE	5.460	666	793	4.001	NARCISO PEDRO	4.001	100,00
METANGULA	1.300	81	98	1.121	GABRIEL CATAUALA	1.121	100,00
MILANGE	1.477	98	210	1.069	HONÓRIO PEREIRA VAZ	1.069	100,00
MOATIZE	2.599	137	141	2.321	PAULINO MULAICHO JEQUE	2.321	100,00
MOCÍMBOA DA	2.938	239	217	2.482	CAMISSA ADAMO ABDALA	2.482	100,00
MOCUBA	7.830	407	523	6.900	JOSÉ HERMÍNIO NANGURA	6.900	100,00
MONAPO	3.714	202	454	3.058	DANIEL HERMÍNIO BENTO	3.058	100,00
MONTEPUEZ	10.938	1.835	984	8.119	ALBERTO DAS NEVES PAISSENE	8.119	100,00
NACALA PORT	10.155	415	624	9.116	JOSÉ GERALDO DE BRITO	6.878	75,44
					JOÃO BAPTISTA MUSSA	2.238	24,56
NAMPULA	12.018	454	609	10.955	DIONÍSIO CHEREWA	8.999	82,14
					EUGÉNIO ESTÉVÃO FÁTIMA	1.946	17,76
PEMBA	8.731	413	386	7.932	ABUDO ANZA	539	6,92
					ASSUBUGY MEAGY	6.325	79,74
					MANUEL DE LIMA MÁRIO	1.058	13,34
QUELIMANE	5.337	330	350	4.657	PIO AUGUSTO MATOS	3.911	83,98
					ANTÓNIO MUEDO	740	16,02
TETE	7.317	570	499	6.248	LUCIANO NGUIRAZI	6.248	100,00
VILANKULOS	3.095	128	372	2.635	JORDÃO MUFUME	54	0,20
					SULEMANE E. AMUJI	2.583	99,98
XAI-XAI	10.007	666	492	8.849	FAQUIR BAY NALAGI FAQUIR BAY	8.849	100,00



República de Moçambique
COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES
 Resumo dos dados das Assembleias Municipais

MUNICÍPIO	Total de Votos				Partido Col/Grupo	VOTOS	%
	Expressos	Branco	Nulos	Válidos			
ANGOCHE	8.478	1.547	423	6.508	FRELIMO	6.508	100,00
BEIRA	21.551	744	787	20.020	FRELIMO GRM	12.043 7.977	60,15 39,85
CATANDICA	2.386	140	518	1.728	FRELIMO	1.694	98,03
CHIBUTO	8.256	1.151	189	6.916	FRELIMO	6.916	100,00
CUAMBA	3.189	290	273	2.626	FRELIMO	2.626	100,00
CHIMOIO	9.068	662	320	8.086	FRELIMO	8.086	100,00
CHOKWÉ	5.770	593	487	4.690	FRELIMO	4.690	100,00
DONDO	16.074	521	316	15.237	FRELIMO	15.237	100,00
GURUÉ	2.882	561	182	2.139	FRELIMO	2.139	100,00
ILHA DE MOÇ.	2.943	268	241	2.434	FRELIMO	2.434	100,00
INHAMBANE	5.097	1.112	372	3.613	FRELIMO	3.613	100,00
LICHINGA	5.817	565	401	4.851	FRELIMO	4.851	100,00
MANDLAKAZI	1.062	55	54	953	FRELIMO	953	100,00
MANHIÇA	3.723	181	274	3.268	FRELIMO	1.980	60,59
MANICA	3.774	316	141	3.317	NATURMA FRELIMO	1.288 3.317	39,41 100,00
MAPUTO CIDADE	66.408	1.777	1.429	63.202	RUMO JPC FRELIMO PT	1.191 16.168 44.433 1.410	1,88 25,58 70,30 2,23
MARROMEU	1.868	136	162	1.570	FRELIMO	1.570	100,00
MATOLA	22.597	718	1.148	20.731	FRELIMO P. RUMO	17.066 3.665	82,32 17,68
MAXIXE	5.471	791	721	3.959	FRELIMO	3.959	100,00
METANGULA	1.379	80	98	1.201	FRELIMO	1.201	100,00
MILANGE	1.477	228	191	1.058	FRELIMO	1.058	100,00
MOATIZE	2.598	193	133	2.272	FRELIMO	2.272	100,00
MOCIMBOA-PRAIA	2.947	294	200	2.453	FRELIMO	2.453	100,00
MOCUBA	7.935	509	471	6.955	FRELIMO	6.955	100,00
MONAPO	3.683	301	396	2.986	FRELIMO	2.986	100,00
MONTEPUEZ	11.482	1.888	942	8.652	FRELIMO	8.652	100,00
NACALA PORTO	10.254	585	638	9.031	OCINA FRELIMO	2.605 6.426	28,85 71,15
NAMPULA	12.026	1.253	414	10.359	FRELIMO	10.359	100,00
PEMBA	8.465	1.313	335	6.817	FRELIMO	6.817	100,00
QUELIMANE	5.351	677	283	4.391	FRELIMO	4.391	100,00
TETE	7.243	724	479	6.040	FRELIMO	6.040	100,00
VILANKULO	3.035	383	236	2.416	FRELIMO	2.416	100,00
XAI-XAI	10.001	477	622	8.902	PT FRELIMO	851 8.051	9,56 90,44
TOTAL	284.290	30.729	13.876	294.381		249.381	